

AS RELAÇÕES DE SABER E PODER NA CULTURA E NA LITERATURA

Adriana Ferreira de Souza¹

Resumo: O presente trabalho analisa as relações de saber e poder que perpassam o campo linguístico-literário e cultural. Problematisa, especificamente, as inquietações sobre cultura e literatura no que concerne ao desenvolvimento do conhecimento e as formas de dominação. Assim, as reflexões sobre cultura e literatura estão associadas às transformações sociais, por onde permeiam as categorias de historicidade e temporalidade. Portanto, a partir de diferentes referenciais teóricos, apresentamos os dispositivos do saber-poder que buscam a dominação das massas populares e seus contradispositivos capazes de combater a reprodução das ideologias repressoras por meio do campo linguístico-literário.

Palavras Chave: Campo linguístico-literário. Cultura. Saber-poder.

THE RELATIONS OF KNOWLEDGE AND POWER IN CULTURE AND LITERATURE

Abstract: This paper analyzes the relations of knowledge and power that permeate the linguistic-literary and cultural field. It specifically problematizes concerns about culture and literature regarding the development of knowledge and forms of domination. Thus, the reflections on culture and literature are associated with social transformations, through which permeate the categories of historicity and temporal-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Endereço eletrônico: afsadriana73@gmail.com

ty. Therefore, from different theoretical references, we present the devices of knowledge and power that seek the domination of the popular masses and their counter-devices capable of combating the reproduction of repressive ideologies through the linguistic-literary field.

Keywords: Linguistic-literary field. Culture. Knowledge-power.

Introdução

A cultura está associada aos interesses de uma classe dominante que seleciona, com base nas crenças e tradições de um povo, um modelo de cultura que a represente. Assim, a elite, ao escolher saberes do seu agrado, cria modelos de conhecimento em diversas áreas do conhecimento. Podemos observar isso na literatura que discriminou os saberes minoritários desde a época da colonização, quando desprezou os grupos de etnia africana e também das populações indígenas. Isto significa que a busca pelo conhecimento está associada às relações de poder, que a partir das instituições públicas tentam controlar e definir a cultura, agindo sob seu desenvolvimento.

Este ensaio analisa as relações de saber e poder que perpassam o campo linguístico-literário e cultural, problematizando, especificamente, as inquietações sobre cultura e literatura no que concerne ao desenvolvimento do conhecimento e as formas de dominação.

Com base nesse contexto, o presente ensaio tem por objetivo tratar, no primeiro momento, das relações de saber e poder na cultura, onde utiliza os meios de comunicação como instrumentos poderosos de poder, capazes de controlar e direcionar as massas populares, fazendo-as consumir e se conformar com o seu destino.

Dando continuidade, temos no segundo momento deste ensaio, as relações de saber-poder na literatura e seus contradispositivos que atuam como força libertária das ideologias reproduzidas que oprimem as massas.

Finalizando, há a conclusão do ensaio, destacando as concepções de cultura e o seu poder de controle na sociedade. Essas reflexões perpassam o campo da língua e da literatura, considerada uma potência capaz de oferecer instrumentos que anulariam os dispositivos do poder que se manifestam por meio da linguagem.

Os dispositivos do saber-poder na cultura

A partir do século XIX, a Europa intensifica o processo de dominação ao subjugar sociedades isoladas, incorporando-as à influência europeia, ao seu controle político e econômico, e também da imposição de suas próprias culturas às sociedades que estavam sob seu domínio. Passando a considerar como superior tudo que pertencesse à cultura ocidental, legitimando a dominação ocidental. Assim, para Santos (1991),

ao longo da história a cultura dominante desenvolveu um universo de legitimidade própria, expresso pela filosofia, pela ciência e pelo saber produzido e controlado em instituições da sociedade nacional, tais como; a universidade, as academias, as ordens profissionais [...]” (SANTOS, 1991, p. 55).

Nesse caso, todas as sociedades dominadas passam a ter como referência a cultura dominante do ocidente. Portanto, as inquietações sobre cultura partem ou estão associadas às relações de saber e poder, consideradas sinônimos, segundo Adorno e Horkheimer (1985), estando a “serviço de

todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa a sua origem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20).

Desde essa época, há inquietações em estudar sobre o que é cultura, mas nunca se estabeleceu uma definição clara e objetiva, que fosse aceita por todos sobre o seu significado. Segundo Santos (1991), uma dessas inquietações diz respeito à concepção de cultura como o local de conhecimento literário, filosófico, científico e artístico produzido por uma sociedade que cria modelos em diversas áreas do conhecimento, tal como a literatura, o que nos leva a acreditar que é muito raro estudar numa sociedade como a nossa, saberes que não sejam aprovados pelas classes dominantes.

Dentre as diversas concepções atribuídas ao termo cultura, não podemos nos esquecer que ao nos determos às suas características, podemos cair na armadilha de pensar a cultura como algo pronto, acabado, uma vez que as culturas humanas são dinâmicas. Em “Versões da Cultura”, Eagleton (2000) afirma que há diferentes significados da palavra cultura. Cultura vem do verbo *colere* que quer dizer cultivar. A princípio, o termo cultura esteve ligado à atividade agrícola, em seguida, passa a ter ligação com o processo espiritual. “Nesse sentido, cultura significa uma atividade e passar-se-ia muito tempo até designar uma entidade” (EAGLETON, 2003, p. 11).

Com o passar do tempo, o conceito de cultura vai se transformando, devido a algumas viradas no pensamento ocidental que ocorre desde o século XVIII, quando deixa de ser considerada uma atividade agrícola e passa a designar civilidade, em consequência das ideias Iluministas que consideram como civilizado o homem com educação erudita ou refinada e que não estivesse relacionado com a atividade do campo. Entretanto, Adorno e Horkheimer divergem desse pensamento, uma vez que criticam o Iluminismo, uma vez

que afirmam que o conhecimento não ajudou ao homem a se harmonizar como outros homens, nem com a natureza.

Cultura fez parte do espírito geral do Iluminismo. Civilização era, em boa parte, uma noção francesa – então, como hoje, os franceses julgavam-se detentores do monopólio da civilização - e designava simultaneamente o processo gradual de auto-aperfeiçoamento e o utópico *telos* par o qual se dirigia (EAGLETON, 2000, p. 20-21).

Portanto, o significado de cultura passa a se referir ao refinamento pessoal de uma pessoa. O que também pode estar associada “à alta cultura, à cultura dominante como oposição à selvageria, à barbárie; ou seja, uma marca da civilização” (SANTOS, 1991, p. 35).

Eagleton (2003) argumenta que o homem da cidade é que é civilizado ou erudito, sendo uma ideia oposta ao cultivo agrícola, própria do homem que trabalha no campo, efetivando-se através de uma atividade materialista. Assim, a cultura como civilização seria uma atividade restrita àqueles que têm tempo para se educar.

Santos (1991) parte das concepções sobre cultura a partir da realidade social ou do conhecimento que um grupo social tem da realidade e da maneira como se expressam. Para ele, o sentido da cultura está associado ao conhecimento como uma forma não só de descrever e compreender a realidade, “mas também para apontar-lhe caminhos e contribuir para a sua modificação” (SANTOS, 1991, p. 43).

As inquietações sobre cultura, segundo Santos (1991), podem partir de aspectos sobre a realidade social de um determinado grupo de uma mesma sociedade ou de sociedades distintas. Dizem respeito também ao conhecimento da língua, da literatura, referem-se também ao conhecimento

científico e artístico produzidos por um determinado grupo social. O que pode tornar o conhecimento sobre cultura algo pronto, acabado, estático. No entanto, cultura se refere às transformações sociais pelas quais passam as sociedades em todos os aspectos da vida social.

Para Eagleton (2003), o homem pode agir sobre o mundo (natureza), modificando-o, e este pode também agir sobre o homem, estabelecendo, uma harmonia entre ambos, o que lembra que “se somos seres culturais, também somos parte da natureza sobre a qual vamos trabalhar” (EAGLETON, 2003, p. 16). Isto significa que podemos modificar a cultura com os próprios elementos da natureza (mundo). Adorno e Horkheimer (1985) convergem também dessas ideias ao se referir ao homem como conhecedor da natureza a fim de dominá-la e a outros homens: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20).

Em um outro sentido de cultura, Eagleton (2003) afirma que a natureza não está só a nossa volta, mas dentro de nós. O homem é uma continuidade da natureza e vice-versa. Assim,

assemelhamo-nos à natureza na medida em que nós próprios, tal como ela, devemos ser modelados, mas distinguimo-nos dela na medida em que podemos fazê-lo a nós próprios, introduzindo desta forma no mundo um grau de auto-referencialidade ao qual o resto da natureza não pode espiar (EAGLETON, 2003, p. 17).

A atitude de nos cultivarmos, pode ser algo que não dependa só de nós mesmos, mas pelo aparelho do Estado que exerce o domínio para conciliar os indivíduos que vivem

“num estado de antagonismo crônico, movidos por interesses opostos” (EAGLETON, 2003, p. 17). Com base nesse contexto, o Estado emerge como uma instituição mediadora de conflitos, harmonizando as relações entre os indivíduos com interesses divergentes. Assim, os cidadãos são formatados de acordo com as necessidades políticas. O que significa que “os interesses políticos governam os culturais, e ao fazê-lo define uma determinada versão da humanidade” (EAGLETON, 200, p. 19).

As inquietações com cultura têm acontecido já algum tempo, quando voltaram-se para compreender as sociedades modernas e industriais quanto as que começaram a perder suas características originais ou desapareceram devido ao contato com outras sociedades.

Em “A formulação da teoria crítica da indústria cultural na dialética esclarecimento”, de Duarte (2007), Adorno e Horkheimer afirmam que a cultura não é feita pelas massas para o seu próprio consumo, mas pela indústria responsável pela produção de mercadorias culturais, que se inicia com o declínio da religião e outros resquícios capitalistas paralelo ao surgimento “de um verdadeiro sistema de cooptação ideológica, composto pelo cinema, pelo rádio e pelas revistas ilustradas” (DUARTE, 2007, p. 50). Dentre esses meios de comunicação, o rádio, segundo Adorno e Horkheimer (1985), é o dispositivo mais democrático porque possibilita uma comunicação de massa, embora possua um caráter autoritário. Já o cinema, hoje, traz a necessidade de transcendência, como se a vida cotidiana continuasse ao assistirmos a um filme, a uma novela, transferindo a arte para a esfera do consumo.

Assim, as instituições dominantes fornecem e criam esses dispositivos que controlam as massas humanas, fazendo-as consumir e se conformar com seus destinos. Para isso, é necessário que existam mecanismos culturais que transmitam mensagens, ao mesmo tempo, com rapidez e para uma grande quantidade de pessoas. O que, segundo Santos, seria

“uma cultura capaz de homogeneizar a vida e a visão de mundo das diversificadas populações que formam essas sociedades, ultrapassando barreiras de classe social e facilitando, por essas razões, o controle das massas”, embora pareçam se dirigir a cada indivíduo em particular. (SANTOS, 1991, p. 68).

Nas sociedades modernas, a indústria cultural é um elemento importante que busca a homogeneização da cultura e o controle das populações por meio desses meios de comunicação de massa, fundamentais à prática do poder e à organização da vida social. Eles possibilitam que a produção e o consumo acelerado acompanhe uma comunicação rápida e generalizada. A própria indústria cultural é uma atividade econômica, uma vez que promove o desenvolvimento “de novas técnicas, produção de bens e consumo, controlando o que deve ser transmitido.” (SANTOS, 1991, p. 68), embora não representem a cultura da sociedade. O que é consumido também é escolhido pela indústria cultural, não é o público quem escolhe. Para Duarte (2007), é falácia dizer que é o público que escolhe os produtos, pois eles são ofertados pela indústria cultural de acordo com as suas necessidades.

Dentro desse contexto, esses meios de comunicação são instrumentos poderosos, uma vez que interferem diretamente na vida social, não apenas transmitem informações, mas “também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar” (SANTOS, 1991, p. 69). Mas isso não significa que esses meios consigam de forma eficaz substituir a percepção que seus consumidores têm de seu convívio social e de suas vidas.

Para entendermos melhor a cultura de massa na vida social, é necessário que não acreditemos nas mensagens que os meios de comunicação expressam, que os mesmos resumem a cultura da sociedade contemporânea. Afinal, “as mensagens da indústria cultural, com propósitos de homo-

geneização e controle das populações, podem ser um projeto dos interesses dominantes da sociedade, mas não são a cultura dessa sociedade” (SANTOS, 1991, p. 71).

O saber-poder na literatura e seus contradispositivos

Tratando-se da literatura, no século XVIII, na Inglaterra, segundo Eagleton (2006), o conceito de literatura abrangia todas as obras valorizadas pela sociedade. Atualmente, se limita aos escritos “criativos” e “imaginativos”. Os critérios eram ideológicos, pois expressavam valores e “gostos” determinados pela classe social dominante. Dessa forma, os textos só seriam considerados literários se atendessem aos critérios das “belas letras”.

Na era moderna, a literatura adotou a poesia como paradigma por ser a menos engajada socialmente, porém duvidava se era literatura a nova forma do romance. E é nesse século, período romântico, que a literatura começa a se definir como tal, e seu sentido moderno só começa a surgir no século XIX. Foi nesse contexto que a literatura recebeu a função de difundir os valores sociais e culturais da classe média. O que torna, segundo Eagleton (2006), a literatura uma arma ideológica para opressão das massas, propagando as relações de poder. A literatura como um dispositivo de controle social para benefício da classe dominante, vista como algo compensador, que conforta a mente humana, atuando na emoção e na experiência. Portanto, “[...] a literatura devia transmitir verdades *atemporais*, desta forma distraindo as massas de seus interesses imediatos, alimentando nelas um espírito de tolerância e generosidade, [...]” (EAGLETON, 2006, p. 39).

As relações de poder se efetivaram através do estudo do inglês como matéria acadêmica, uma atividade civilizadora, “a essência espiritual da formação social” (EAGLETON,

2006, p. 47). O que significou uma dominação da população por meio da língua.

Segundo Barthes, o poder está emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando essa parte de um lugar fora do poder. Para ele, o poder é sempre uno, um objeto político-ideológico que está em todos os lugares, seja nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma, que ele é sempre uno. Barthes (2013, p. 11), nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: no Estado, nas classes, nos grupos, e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-lo. E “esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana é: a linguagem – ou, para ser mais preciso na expressão: a língua” (BARTHES, 2013, p. 12-13) porque se obriga a dizer, estando a serviço do poder quando é preferida.

Com relação aos conhecimentos em literatura brasileira, Santos (1991) afirma que, no passado, houve uma certa disputa para escolher qual dos três elementos formadores (europeu, indígena e africano) seria o representante de nossa nacionalidade. No entanto, houve discriminação dos grupos de etnia africana, por privilegiarem as elites brasileiras, e a valorização das populações indígenas, devido “a consolidação da independência do país do domínio colonial e à busca de diferenciação em relação às sociedades brasileiras” (SANTOS, 1991, p. 75). O que não poderia ser diferente, uma vez que a literatura foi inventada pela burguesia que defende os valores da modernidade ocidental. Assim, era da responsabilidade da elite intelectual, a escolha de cânones que servissem de registros da representação dominante produzida no Brasil em espaços acadêmicos.

Em Memória Literária Arquivada, de Marques (2008), Foucault afirma que por meio da universidade moderna, há um disciplinamento dos saberes literários que discriminam os saberes menores e excluem os saberes selvagens, aqueles que estão fora dos muros da universidade. As disciplinas

constituem também o seu arquivo específico sob o pressuposto de que nas obras literárias se expõe o espírito nacional. Um exemplo disso, é o livro “História Concisa da Literatura Brasileira”, de Alfredo Bosi, que apresenta os cânones da literatura brasileira, excluindo os autores e obras não-representativos da literatura.

Mas atualmente, os cânones já não são mais procurados pela população menos favorecida financeira e culturalmente porque prefere ler livros que estejam ao seu alcance. O que, segundo Barthes (2013), ocasionou uma dessacralização da literatura porque os valores antigos deixaram de circular, de serem transmitidos, o que fez com que deixassem de ser vistos como um modelo produzido pela subjetividade humana. O que significa que a literatura está sempre se renovando por meio da pesquisa, para que possamos esquecer todos os nossos pressupostos e organizarmos nosso conhecimento, impedindo que os saberes se tornem algo consolidado e, dessa forma, possamos receber uma outra cultura. Assim, para Barthes, “a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por outro lado, ele permite designar saberes possíveis” (BARTHES, 2013, p. 19).

A literatura é a única maneira de ouvirmos a língua fora do poder, sendo considerada uma força de liberdade. Liberdade que não depende de quem a escreve, mas do “trabalho de deslocamento que ele exerce sobre a língua” (BARTHES, 2013, p. 13). Miranda (2018) segue essa mesma linha de pensamento ao considerar a literatura como um exemplo de discurso onde ninguém pode se apropriar, podendo ser lida em qualquer época. Afinal, a literatura não trabalha com meias verdades ou verdades e meia porque não existe a verdade, mas reflexões sobre as coisas, sobre os homens, nos ensinando a ler o mundo.

Em “Essa estranha instituição chamada Literatura”, Derrida apresenta a literatura como uma potência na sociedade atual, onde se pode dizer tudo.

Um poder literário que configura mais um despoder, o poder de dizer o não dito, em reserva, de trazer à discussão temas pouco ou maltratados pela mídia, pela filosofia, pela história e por outras ciências humanas. O empenho literário, verdadeiro penhor para poder dizer tudo e, paradoxalmente, também poder silenciar [...] (DERRIDA, 2014, p. 26).

Para o autor, há um diálogo entre o poder de dizer tudo e de silenciar no campo literário, embora este último, leve a uma reprodução de ideologias que pode ser desmontada com o uso da linguagem literária como um dispositivo mobilizador e questionador para a desmontagem do poder.

Santos (2016), em “A luta desarmada dos subalternos”, cita a partir da obra de Deleuze “O que é pensar?”, tratando de uma obra de Foucault que diz que seria necessário romper com o discurso de que o pensamento é inato e adquirido, mas produzido a partir da relação do ser com o mundo, onde o indivíduo pode questionar “as formas de saber, de poder e de constituição de si, fazendo emergir um falar que afrontasse o próprio ver e fizesse expandir suas paisagens” (SANTOS, 2016, p. 16). Assim, segundo o autor, a literatura ou o campo linguístico-literário seriam capazes de oferecer ferramentas que anulariam os dispositivos do poder que se manifestam por meio da linguagem.

O que interessa como posição política e crítico-cultural não é a análise de um texto literário com base em seus símbolos, “mas como esse ato de conhecer e simbolizar o despejado linguístico, cultural, territorial e ontológico”

(SANTOS, 2016, p. 138) é capaz de levar o leitor a uma auto-representação, levando-o a simbolizar o mundo para afirmar a sua existência, criticando-a e colocando-se como um ser capaz de atribuir sentidos, resignificando o mundo sem os entraves da cultura burguesa.

Ao pensarmos em cultura, salientamos que o conhecimento, a ciência e a tecnologia produzidos nas universidades e centros de pesquisas são controlados pelas classes dominantes. A ciência burguesa visa a ciência pela ciência, uma ciência com hegemonia para controlar tudo. “O seu controle é um dos aspectos das relações de poder contemporâneas” (SANTOS, 1991, p. 77) que causam impactos nas sociedades atuais.

A literatura nacional muda a sua direção “na medida em que o nacional deixa de ser pensado como aquilo que permite dar um significado homogêneo ao que é heterogêneo” (MIRANDA, 1998, p. 17), passando também a representar as vozes silenciadas pela cultura hegemônica.

Considerações finais

Com base no texto, o poder controlador da cultura se legitima quando subjuga outras sociedades, coloca-as sob seu domínio. A formatação dos cidadãos segue os interesses políticos que determina, assim, a versão da humanidade.

Assim, podemos observar que cultura apresenta vários conceitos, percorrendo um caminho que se inicia desde o seu conceito original até as configurações atuais, perpassando pelas categorias de temporalidade e historicidade. Uma dessas inquietações diz respeito também ao conhecimento da língua, da literatura, referindo-se também ao conhecimento científico e artístico produzidos pela classe dominante, que estabelece saberes em diversas áreas do conhecimento.

Em contraposição temos, Barthes (2013), Santos (2016), Miranda (1998) e Derrida (2014), que defendem que a literatura é uma potência capaz de fazer girar os saberes, que nos permite refletir sobre as coisas, sobre os homens. Um discurso que ninguém pode se apropriar, podendo ser lida em qualquer época porque não se prende a uma verdade absoluta.

Portanto, apesar de sabermos que as classes dominantes controlam a cultura, a fim de fortalecer os seus interesses, não podemos jogá-la fora, afinal não podemos viver sem cultura, pois é ela que define tudo na sociedade, determina as nossas ações, nos obrigando a seguir padrões. Mas para reverter essa realidade, a luta pode começar no campo linguístico-literário como um contradispositivo da opressão política, econômica e cultural.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARTHES, Roland. Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha Instituição chamada Literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014.

DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2007.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sofia Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 1ª ed. 2003.

_____. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARQUES, Reinaldo. Memória, Literária Arquivada. *Revista AL-TRIA*, jul.- dez. – v. 18, 2008.

MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de literatura Comparada*, nº 4, 1998.

_____. O Pós-crítica e o que vem depois dela. *Suplemento Pernambuco*, nº 144, fev. 2018.

SANTOS, José dos. *O que é cultura?*. 10. ed. Editora brasiliense: 1991.

SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

[Recebido: 20 nov. 2018 — Aceito: 14 fev. 2019]